



O Espelho

Especial Cassi - Janeiro 2015



Mobilização e participação social

As entidades sindicais e associativas da ativa e aposentados, os conselhos de usuários e os dirigentes eleitos da Cassi vão organizar a mobilização necessária para cobrar a volta dos direitos em saúde retirados, a parte do custeio de responsabilidade do patrocinador BB e vão lutar para a implantação e aprofundamento do modelo de saúde que é mais sustentável e que já foi apresentado na Cassi pelos eleitos e que a fará ser a referência em cuidados e gestão de saúde de milhares de trabalhadores.

BB quer aumentar 50% na mensalidade do plano de saúde dos ativos e aposentados

A Contraf-CUT, federações e sindicatos cobraram da direção do Banco do Brasil em dezembro último informações precisas a respeito das intenções da empresa em aumentar o valor das mensalidades do plano de saúde do funcionalismo e reduzir direitos. O banco não se reuniu com as entidades sindicais e sequer enviou resposta ao ofício com as informações.

Ao mesmo tempo, as entidades sindicais convidaram os dirigentes eleitos da Cassi para esclarecerem dúvidas e apresentarem suas opiniões e propostas a respeito dos mesmos boatos sobre aumento de custeio para os bancários.

Os dirigentes eleitos atenderam prontamente o convite da Contraf-CUT e se reuniram com a Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB) no dia 17 de dezembro, quando apresentaram um histórico recente dos déficits do Plano de Associados da Cassi e os principais motivos do déficit. Também explicaram as propostas apresentadas pelos gestores eleitos para ampliar os direitos em saúde para os associados da Cassi, ampliando o Modelo de Atenção Integral e trazendo perspectivas de maior sustentabilidade para os planos de saúde da Caixa de Assistência, além de maiores resultados em promoção de saúde e prevenção de doenças.

BB quer aumentar mensalidade e reduzir direitos sem dialogar com sindicatos

Ao invés do diálogo com as entidades sindicais, o BB propôs através de seus representantes na direção da Cassi aumentar a mensalidade dos bancários da ativa e aposentados em 50%, passando suas contribuições de 3% para 4,5%. Como o banco não pode aumentar as mensalidades mudando o estatuto sem autorização do Corpo Social, propôs consulta aos associados e, enquanto isso não ocorra, impõe corte de diversos direitos em saúde e aumento nas coparticipações já a partir de janeiro de 2015.

Os dirigentes eleitos da Cassi rejeitaram todas as propostas do banco e apresentaram Iniciativas Estratégicas que aprofundam o Modelo de Atenção Integral e estendem o direito para todos os associados e estão à disposição dos sindicatos e das entidades associativas para lutar pela implantação do Sistema Integrado de Serviços de Saúde da Cassi, priorizando e ampliando as CliniCassis para o conjunto dos participantes porque o modelo cuida da saúde do bancário e seus dependentes ao longo da vida, ficando menos à mercê de inúmeros fatores externos que apenas encarecem os procedimentos, sem trazer benefícios à saúde da população assistida e que estão gerando grave crise dos sistemas de saúde

públicos e privados.

O Sistema Integrado proposto pelos eleitos é mais eficaz e resolutivo para evitar fraudes contra os planos de saúde, além de evitar cirurgias desnecessárias e que ponha em risco a vida e a saúde dos associados e dependentes.

Os dirigentes eleitos da Cassi propõem também que o BB faça contribuições extraordinárias nos exercícios de 2015 e 2016 para reequilibrar as reservas do Plano de Associados e viabilizar a continuidade operacional e administrativa da Cassi, sem restringir direitos e enquanto se implanta o Programa de Excelência no Relacionamento.

A proposta foi apresentada pelos eleitos ao banco e à Cassi em dezembro com Iniciativas Estratégicas que avançam no Modelo de Serviços de Saúde da Cassi, estendendo para o conjunto dos associados o direito a estarem cadastrados na Estratégia Saúde da Família (ESF), com equipes médicas multidisciplinares e com mais unidades CliniCassis, adequadas ao tamanho de cada população e de acordo com as características epidemiológicas destas populações em cada Estado. Esse é o modelo de sistema de saúde que apresenta os melhores resultados sanitários e de sustentabilidade econômico-financeira em países como Canadá, Holanda e Inglaterra.

Além de cortar direitos sem negociação, direção do banco bate cabeça na governança da Cassi

Ao que parece, é necessário que o governo federal interceda na questão da saúde dos funcionários do BB porque a presidenta reeleita Dilma Rousseff dirigiu-se pessoalmente ao funcionalismo na campanha eleitoral afirmando que fortaleceria as empresas públicas e que valorizaria seus empregados. Sem contar ter afirmado que não mexeria em direitos dos trabalhadores nem que a vaca tossisse.

Já a direção do banco, de forma unilateral, impõe aumento de contribuição, redução de direitos em saúde, afetando mi-

lhares de doentes crônicos, e propõe onerar somente uma parte dos responsáveis pela autogestão da Cassi, os trabalhadores, deixando o BB livre de qualquer custo.

Além disso, o BB continua enfrentando problemas de disciplina e coesão entre seus indicados na governança da Cassi porque tem diretor do banco que faltou à maioria das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Deliberativo da Cassi em 2014. E o pior é que, quando aparece, discorda de decisões tomadas pelos outros indicados pelo patrocinador. Isso deveria ser inadmissível ao se tratar da governança do maior banco do país.

BB corta em janeiro programa de cuidados a doentes crônicos (PAC)

O Conselho Deliberativo da Cassi, instância máxima da entidade, aprovou por consenso em outubro/2014 a manutenção do Programa de Atenção aos Crônicos (PAC) e o BB decide cortar o atendimento já em janeiro para retaliar os eleitos por não concordarem com o aumento das contribuições e redução de direitos dos associados. O programa atende a mais de 10 mil participantes e evita milhares de internações hospitalares, que são mais onerosas e expõem os pacientes a riscos comuns nesses ambientes como, por exemplo, as infecções hospitalares.

A maioria das propostas do banco trazem grandes prejuízos aos bancários e dependentes. Além de aumentos nas coparticipações sobre consultas e exames médicos, a direção do BB propõe até criar franquias de R\$ 1.500 em internações, o que prejudicaria muito mais os trabalhadores que ganham menos e que já estão adoecidos, em muitos casos inclusive porque adoeceram trabalhando e sofrendo as consequências das metas absurdas, de práticas de assédio moral e péssimas condições de trabalho.

O ESPELHO NACIONAL É EDITADO
SOB A RESPONSABILIDADE DA
CONTRAF/CUT

Presidente:
Carlos Cordeiro.

Secretário de Imprensa:
Ademir Wiederkehr.

Edição: José Luiz Frare (MTb 11.735).
Arte: Tadeu Araújo.

Se você tiver críticas ou sugestões, fale conosco: imprensa@contrafcut.org.br
(R. Líbero Badaró, 158, 1º andar, São Paulo, SP, CEP 01008-000). Para saber mais acesse: www.contrafcut.org.br